

## ZEROS NA MORFOLOGIA NOMINAL PORTUGUESA À LUZ DA OPTIMAL INTERLEAVING THEORY

Luiz Carlos Schwindt<sup>1</sup>

schwindt@pq.cnpq.br

**RESUMO:** Neste texto, propõe-se uma análise de morfemas/morfes zero na flexão nominal portuguesa numa abordagem otimalista realizacional – perspectiva teórica que combina pressupostos do Serialismo Harmônico (McCarthy, 2007/2011; Prince e Smolensky, 1993) com a Optimal Interleaving Theory (Wolf, 2008) – HS/OI. A ideia central é a de que restrições de marcação sobre fronteiras de palavra prosódica afetam a realização da vogal temática e dos morfemas de número e de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** morfema zero, gênero, número, vogal temática, morfologia realizacional.

### 1. O RECORTE E O OBJETIVO

Neste texto, propõe-se uma análise da flexão nominal portuguesa numa abordagem otimalista realizacional – perspectiva teórica que combina pressupostos do Serialismo Harmônico (McCarthy, 2007/2011; Prince e Smolensky, 1993) com a Optimal Interleaving Theory (Wolf, 2008) – HS/OI.

Do ponto de vista analítico-descritivo, a ideia que se defende é a de que morfemas de gênero e de número podem *deixar de se realizar*, por força do ranking de restrições. Trata-se de uma abordagem que reinterpreta a noção estruturalista de morfemas/morfes zero no sistema flexional dos nomes portugueses.

Limitamo-nos às formas regulares e enfatizamos a discussão que cerca o *gênero* – e não o número –, por permitir melhor demonstração da eficácia do modelo teórico adotado. Além disso, fixamo-nos nos substantivos, por assumirmos, aqui, que o gênero dos adjetivos (e determinantes) é objeto de concordância. A ideia é mostrar a superioridade de uma análise não-derivacional, especialmente não-modular, sobre as abordagens seriais e, nesse âmbito, mostrar também a superioridade de uma análise realizacional para a flexão nominal portuguesa sobre análises de morfemas plenamente especificados.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A exposição organiza-se da seguinte forma: tentamos descrever de maneira geral, sem nos determos em análises em específico, as principais lacunas analíticas das concepções estruturalista e gerativa (serial) na análise da flexão nominal portuguesa, que redundam nas perguntas que orientam o trabalho; em seguida, apresentamos nossos pressupostos descritivos – o ponto de partida, que é mattosiano em tese; na sequência, falamos das premissas mais básicas do modelo HS/OI; por fim, trazemos a análise seguida de uma retomada das perguntas iniciais e dos pontos em descoberto.

## 2. LACUNAS ANALÍTICAS

Para dar conta da violação ao princípio de biunivocidade identificada no mapeamento entre morfemas sem correspondentes no plano da expressão, a tradição distribucionalista fez amplo uso de zeros morfológicos.

No âmbito da flexão nominal, a descrição mattosiana (Câmara Jr., 1970) postulou, para o português, no caso do gênero, a oposição zero / feminino, como em *menino+∅ / menina*; no caso do número, a oposição zero / plural, como em *menino+∅ / meninos*.<sup>2</sup> Consagrou-se, pois, o entendimento de que a forma masculina singular é a não-marcada no idioma. Apesar de captar essa importante generalização sobre marcação, essa análise falhou ao não explicar por que alguns morfemas tinham expressão e outros não. Entre outras palavras, coloca-se a pergunta: *por que a VT, por vezes, não está presente nas palavras portuguesas? porque não existe ou porque não se realizou?*

Além disso, proliferavam-se zeros em diferentes níveis. Um exemplo de emprego abusivo desse expediente parece ser a atribuição de um alomorfe zero ao morfema de feminino *-a*, para garantir distinção entre formas como *o colegial / a colegial*, sem que se precisasse apelar à sintaxe para garantir tal distinção.

Com o advento da morfologia gerativa, zeros se tornaram menos motivados nas análises. Uma vez sem compromisso com o princípio de biunivocidade, estruturas morfológicas podiam carecer de realização fonética ou, ainda, uma única porção fonológica podia conter mais de uma informação morfológica (cumulação). A estrutura *bottom-up*, porém, preconizada pela morfologia gerativa, em especial em se tratando da hipótese

---

<sup>2</sup> Para Câmara Jr., o *-o*, em *menino*, é vogal temática; não marca de gênero. O argumento é distribucional: nem todos os nomes terminados em *-a* possuem uma contraparte masculina em *-o* (*o, a dentista > \*o dentisto*); além disso, nomes comuns-de-dois gêneros terminados em *-e* podem fazer feminino em *-a*; nunca o oposto (*o, a presidente > a presidenta > \*o presidente*).

lexicalista forte, expressa na Fonologia Lexical, não era capaz de explicar desencontros entre a expressão do número ou do gênero dos nomes e seus correspondentes flexionais na sentença (ex. *os pires, o dentista, a ponte, o pente*). *Se a morfologia da palavra precede a sintaxe e se todos os colchetes internos à palavra são apagados antes da estruturação da sentença, de onde provém a informação sobre número e gênero para estabelecer concordância? apenas da expressão fonológica (das marcas)?*

Também a Teoria da Otimidade standard, apesar de não enfrentar o paradoxo de ordenamento das teorias seriais (já que não-modular), ao trabalhar com morfemas fonologicamente expressos no input, não conseguiu dar conta da não-realização de morfemas quando isso não estivesse estritamente condicionado por processos de natureza fonológica. Além disso, o ranking responsável pela realização de determinados elementos em detrimento de outros precisava ser estipulado. *Como dar conta do fato de que a língua não prefere apagar a vogal temática em vez do sufixo de gênero no caso do feminino? De onde vem a noção de que, neste caso, MAX-FEMININO é mais alto na hierarquia do que MAX-VT? Há alguma propriedade de estruturação silábica (ex. evitação do hiato) capaz de denunciar esta ordem de preferência?*<sup>3</sup>

### 3. PONTO DE PARTIDA

Apesar da controvérsia em torno da caracterização flexional ou derivacional do gênero em português, assumiremos que o gênero é um traço inerente aos substantivos e que sua marca morfológica abstrata tem função flexional. Nossa crença se fundamenta:

- (i) na alta produtividade da formação de substantivos que opõem *X-o / X-a*;
- (ii) mas, independentemente dessa oposição – por ex., no caso do substantivos uniformes –, na evidente relação que se estabelece entre o gênero do substantivo e o gênero de seus pares na frase.

Isso posto, descartamos dessa discussão os adjetivos e artigos, por serem não-nucleares em relação ao gênero. Desconsideramos, também, o processo que altera o sentido da palavra a partir da mudança do gênero (*a cabeça / o cabeça; a sapata / o sapato*), que tem características derivacionais na sua motivação, mas que em nada altera a formalização do gênero enquanto traço inerente dos nomes.

---

<sup>3</sup> MAX é entendida, aqui, nos termos de McCarthy and Prince (1993): *segmentos do input têm correspondentes no output*. Em outros termos: *não apague*. Na seção 6, essa restrição é definida nos termos da morfologia.

No que diz respeito às marcas, com os devidos ajustes impostos pelo modelo que adotamos -, tomamos os seguintes pressupostos da análise mattosiana:

- (i) o gênero em português está numa oposição privativa, isto é, ausência de marca indica masculino em oposição à presença de *-a*, que indica feminino;
- (ii) raízes em geral terminam em consoante e as vogais átonas que fecham as palavras são vogais temáticas (marcadores de palavra, atualizadores léxicos...), que estão distribuídas em 3 classes (classe 1, *-a*; classe 2, *-o*; classe 3, *-e*);
- (iii) o sufixo de feminino, ao ser acrescentado, cria um hiato com a VT, que se desfaz por um processo de elisão, de natureza morfofonológica – nesse particular, entendemos que esse processo privilegia a preservação da vogal temática *-e* sobre a vogal do feminino e desta sobre as vogais temáticas *-o* e *-a*, nessa ordem, expressando o padrão de marcação da língua.<sup>4</sup>

#### 4. OS DADOS

Dividimos os dados em três grupos, de acordo com uma classificação mais ou menos tradicional de gênero. Só estão sendo consideradas palavras que consideramos temáticas. Assim, oxítonos (*guri/guria*), palavras terminadas em consoante (*professor/professora; o/a mártir*) e palavras de gênero único terminadas em ditongo nasal (*a questão*) foram deixadas de lado neste momento – não porque não se encaixem na proposta que apresentamos, mas porque suscitam outros detalhes analíticos (restrições envolvendo acento ou estrutura subjacente de ditongos nasais) não-cruciais para esta exposição.

- (1) Substantivos biformes marcados por flexão
  - a. o menino / a menina
  - b. o leão / a leoa
  - c. o presidente / a presidenta

Em (1), apresenta-se o gênero mais produtivo da língua, aquele a que se pode chamar flexional por excelência, já que, além da marca inerente ( $\emptyset$  para o masculino e *a* para o feminino), realiza-se também concordância com seus pares. Entendemos que, em (1a), a formação do feminino é resultado da evitação do hiato entre VT e SG, *oa*, e do privilégio do

---

<sup>4</sup> Como temos por objetivo discutir zeros morfológicos, para fins deste exercício, assumimos a ideia de um hiato que se desfaz por um processo de elisão, sem explorarmos a hipótese de uma morfologia efetivamente baseada na raiz, que dispensaria o expediente da elisão. Aqui, portanto, nomes se arranjam a partir da fórmula bastante discutível: raiz+VT+SG+SN.

SG sobre a VT *-o*. (1b) é um exemplo de nome terminado em ditongo nasal, em que a forma do feminino mantém a primeira vogal, que é tônica, o que sugere que também faça parte da raiz. Por fim, (1c) é, para nós, indicativo de uma formação não completamente consolidada neste estágio do português, pois, apesar de supostamente se enquadrar nos mesmos padrões de (1a), privilegia SG sobre a VT *-e*, contrariando nossa hipótese de *ranking* de marcação (como se as classes temáticas de *-e* e *-o* se amalgamassem numa só classe).

(2) Substantivos biformes não marcados por flexão

- a. o, a cliente
- b. o, a dentista
- c. o, a soprano (?)

Os dados de (2) ilustram o que se convencionou chamar substantivos comuns-de-dois gêneros. Trata-se de um padrão que, na superfície, é identificado apenas sintaticamente, como resultado de concordância com o traço de gênero inerente ao núcleo do sintagma. (2a), como afirmamos, demonstra a preferência da VT de classe 3, *-e*, sobre *gênero feminino*. Em (2b), o que se observa agora é a preferência de *gênero feminino* sobre a VT de classe 2. (2c), por outro lado, expressa uma face pouco comum na formação do gênero em português: a de palavras femininas terminadas em *-o*. À exceção da palavra *tribo*, que tem gênero uniforme, o português parece não acomodar este padrão a não ser em construções de natureza que permitam paráfrases como *a cantora do tipo soprano* (deadjetival?), ou como produto de truncamento: *a foto*, *a moto* etc.<sup>5</sup> Essa constatação é coerente com nossa proposta de marcação, que impõe que, na competição entre a VT de classe 2, *-o*, e o SG-*feminino* sempre prevaleça o segundo.

(3) Substantivos uniformes

- a. o problema
- b. a lente
- c. o dente

Os dados de (3) expressam o que a tradição convencionou chamar de gênero sobrecomum. Deve-se chamar atenção para o fato de que a vogal *a* final em (3a) indica o

---

<sup>5</sup> Foram encontrados apenas 12 *types* de 5.035.170 *tokens* com a estrutura *a X-o* no *corpus* de Emanuel Souza de Quadros (neste volume), que contém dados de 150 blogs de internet.

morfema de classe 1, VT – não gênero. O masculino, nesse caso, não se realiza em favor da preferência pela VT. O mesmo se aplica a (3b,c), agora no âmbito da VT-*e* – como dissemos, o mais marcado entre os morfemas em competição na atribuição de classe e gênero.

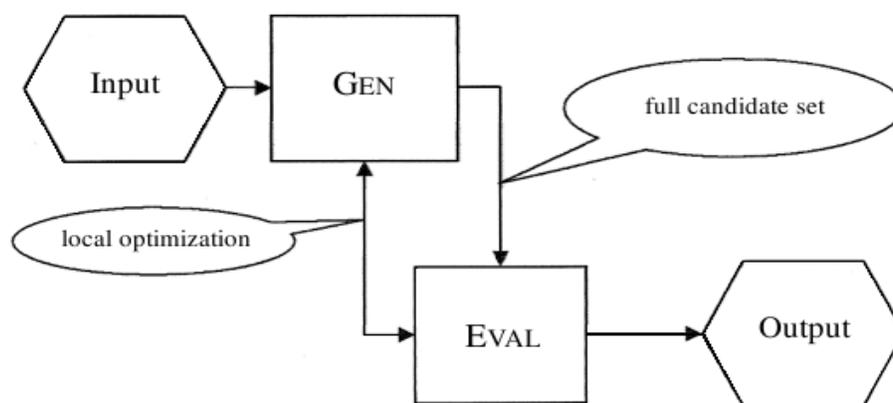
## 5. MODELO ADOTADO

Assumimos aqui uma versão otimalista realizacional para tratar da flexão nominal em português, a OI/HS. Trata-se de uma extensão do Serialismo Harmônico (HS) chamada Optimal Interleaving Theory (OI). Esse modelo foi proposto por Wolf (2008) e foi aplicado por McCarthy (2011) para tratar da fonologia pausal do árabe clássico.

De acordo com HS (McCarthy, 2007, 2011), teoria proposta inicialmente sob o rótulo de OT-CC (de candidate chains) e baseada no serialismo harmônico proposto por Prince e Smolensky (1993), *os candidatos em OT não apenas incluem formas de superfície, mas também uma série de formas intermediárias. Cada uma dessas formas é minimamente distinta da forma que a precede imediatamente.*

Ao contrário da OT standard, em que GEN (gerador) gera candidatos (divergentes em diversos aspectos) para serem avaliados uma única vez por EVAL (avaliador), nesta proposta, há recursividade entre GEN e EVAL, e GEN é limitado a fazer uma mudança de cada vez.

### (4) Estrutura da OT no HS



(McCarthy, 2007:63)

Segundo McCarthy (2007), esse expediente de interação entre GEN e EVAL permite dar conta de (i) problemas de localidade, (ii) problemas de opacidade e (iii) problemas de 'too

many solutions'. As suposições básicas da teoria, que subjazem todos esses problemas, estão em (5).

(5) Interação GEN/EVAL em Serialismo Harmônico

- a. GEN realiza uma só operação de cada vez.
- b. Cada operação deve resultar em melhora harmônica, de acordo com EVAL.

A Optimal Interleaving (OI), proposta por Wolf (2008), é uma teoria realizacional, como a Morfologia Distribuída, que concebe que formas fonológicas de morfemas são resultado de processos que realizam (*spell-out*) os traços morfossintáticos abstratos que os caracterizam, como em <DOG-PLURAL, dɔg-PLURAL, dɔgs, dɔgz>. Aqui, apesar da aparência, [dɔg] não substitui literalmente DOG e [s] não substitui literalmente PLURAL; em vez disso, o traço morfossintático e sua representação fonológica estabelecem uma relação de correspondência, o que permite que a estrutura de traço do input esteja acessível durante toda a derivação. Nessa perspectiva, a realização de morfema interage livremente com a fonologia. Em OI, dizer que GEN é limitado a fazer uma mudança de cada vez equivale a dizer que se pode inserir somente um morfema de cada vez. Apesar da convenção sobre a precedência do *spell-out* da raiz, a ordem do *spell-out* dos demais morfemas não respeita um princípio de proximidade da base, isto é, a teoria adota uma versão de *look-ahead* que permite que um alomorfe mais periférico seja inserido antes de um menos periférico, podendo, inclusive, o primeiro influenciar o segundo. Alomorfes, nesta teoria, diferentemente da forma como são tratados na OT standard, competem no ponto de *spell-out*; não na estrutura de superfície.

## 6. O EXERCÍCIO ANALÍTICO

A tese que defendemos é a de que a alomorfia no sistema flexional dos nomes portugueses é produto da competição entre restrições de fidelidade da família MAX-M, especializadas para determinados morfemas, numa relação de estringência, e restrições de marcação fonológica. O que tradicionalmente se analisa como zero é entendido aqui como não realização do morfema, numa violação a MAX-M.

(6) MAX-M(F)

*Para cada ocorrência  $\varphi$  do traço F, se  $\varphi$  está na estrutura morfossintática e não tem nenhum correspondente na estrutura fonológica, assinale uma marca de violação.*

(McCarthy, 2011:4)

Assim, a forma plural de *pires* em português, por exemplo, pode ser resultado da não-realização do morfema de plural, num *ranking* em que a restrição que proíbe sequências idênticas de segmentos, uma espécie de OCP, esteja acima de MAX-M(PLURAL) – a restrição que milita contra a não-realização do morfema de plural –, de uma cadeia assim constituída (na segunda etapa, após a realização da raiz): <pires-PL, piress>.

No caso do gênero, o *spell-out* dos morfemas envolvidos em sua estruturação respeita a seguinte ordem:

(7) *Ranking* de classe e gênero em português

MAX-M(CL3) >> MAX-M(FEM) >> MAX-M(CL2) >> MAX-M(CL1) >> MAX-M(MASC)  
*e*                      *a*                      *o*                      *a*                      *o*

O primeiro passo da cadeia é a escansão da raiz. Isso ocorre por força da posição alta de MAX-M(ROOT) – expediente *ad hoc* para garantir a precedência da realização da raiz sobre outros morfemas (cf. McCarthy, 2011), no caso do nome. A raiz é, então, escandida apesar de contrariar a exigência de que palavras portuguesas terminam em vogal, fenômeno comum nas línguas românicas. Essa generalização é expressa em nossa análise por uma restrição que chamaremos provisoriamente de \*C]ω, ranqueada abaixo de MAX-M(ROOT).

(8) \*C]ω (restrição provisória)

*Para cada palavra fonológica terminada em consoante, assinale uma marca de violação.*

A ordem dos demais morfemas é garantida pelo *ranking* expresso em (7), que privilegia, no caso do masculino, a realização da VT de classe 2 sobre o morfema de masculino. A evitação ao hiato, por fim, assegura que o candidato mais harmônico seja aquele que não realiza o morfema de gênero masculino.

(9) \*HIATUS (McCarthy, 2002:116)

*Hiatos são proibidos.*

(10) Análise de [menino]

Step 1: MAX-M(ROOT)>>\*C]ω

	MENIN-CL2-MASC	MAX-M(ROOT)	*C]ω	MAX-M
a.	→ menin-CL2-MASC		*	**
b.	MENIN-CL2-o	*		**
c.	MENIN-o-MASC	*		**

Step 2: \*C]ω>>MAX-M(CL2)>>MAX-M(MASC)

	menin-CL2-MASC	*C]ω	MAX-M(CL2)	MAX-M(MASC)	MAX-M
a.	menin-CL2-MASC	*	*		**
b.	→ menino-MASC			*	*
c.	menin-CL2-o		*		*

Step 3 - Convergence: \*HIATUS>>MAX-M(MASC)

	menino-MASC	*HIATUS	MAX-M(MASC)	MAX-M
a.	meninoo	*		
b.	→ menino-MASC		*	*

No caso do feminino, o ranking MAX-M(FEM)>>MAX-M(CL1) garante que feminino se realize em detrimento de classe.

(11) Análise de [menina]

Step 2: \*C]ω>>MAX-M(FEM)>>MAX-M(CL1) (converges at step 3)

	menin-CL2-FEM	*C]ω	MAX-M(FEM)	MAX-M(CL1)	MAX-M
a.	menin-CL2-FEM	*	*	*	
b.	menino-FEM		*		*
c.	→ menin-CL2-a			*	*

Quanto aos dados de (2), de substantivos biformes supostamente não marcados por flexão, a análise empregada aqui permite defender que as formas terminadas em *a* podem ser

enquadradas na mesma análise até aqui empreendida. As formas masculinas terminadas em *a* (ex. *o dentista*) são asseguradas pelo ranking MAX-M(CL1)>>MAX-M(MASC), já que *a*, neste caso, é VT; as formas femininas, ao contrário, superficializam a marca de feminino, dado o ranking MAX-M(FEM)>>MAX-M(CL1), conforme (7).

Os casos de (2) em que a palavra termina por *e*, contudo, configuram o autêntico gênero não-marcado por flexão e podem receber tratamento semelhante ao dos casos de (3), de substantivos de gênero uniforme. Isso porque, quem garante a superficialização do gênero é o ranking alto de MAX-M(CL3), que, numa relação de *elsewhere*, impõe a realização da VT *e* sobre qualquer outra marca de classe ou gênero. A superficialização do gênero feminino, porém, é garantida no determinante, que consideramos, para fins desta análise, um elemento sem raiz e atemático.

(12) Análise de [a] [lente]

Step 1: MAX-M(ROOT)>>\*C]ω>>MAX-M(FEM)>>MAX-M(DEF)

	[DEF-FEM] <sub>DET</sub>	[LENT-CL3-FEM] <sub>N</sub>	MAX-M(ROOT)	*C]ω	MAX-M(FEM)	MAX-M(DEF)
a.	→ DEF-a	lent-CL3-FEM		*	*	*
b.	DEF-a	LENT-e-FEM	*		*	*
c.	DEF-a	LENT-CL3-a	*			*
d.	o-FEM	lent-CL3-FEM		*	**	
e.	o-FEM	LENT-e-FEM	*		**	
f.	o-FEM	LENT-CL3-a	*		*	

Step 2: \*C]ω>>MAX-M(CL3)>>\*HIATUS>>MAX-M(FEM)

	[DEF-a] <sub>DET</sub>	[lent-CL3-FEM] <sub>N</sub>	*C]ω	MAX-M(CL3)	*HIATUS	MAX-M(FEM)
a.	DEF-a	lent-CL3-FEM	*	*		*
b.	oa	lent-CL3-FEM	*	*	*	*
c.	→ DEF-a	lente-FEM				*
d.	oa	lente-FEM			*	*
e.	DEF-a	lent-CL3-a		*		
f.	oa	lent-CL3-a		*	*	

Step 3 Convergence: \*HIATUS>>MAX-M(FEM)

	[DEF-a] <sub>DET</sub> [lente-FEM] <sub>N</sub>	*HIATUS	MAX-M(FEM)
a.	DEF-a      lente-FEM		*
c. →	DEF-a      lentea	*	

Dispensamos nesses *tableaux*, por questão de foco, as restrições que dizem respeito à concordância, registrando no *input* o gênero do determinante. O que queremos enfatizar é que a abordagem não-modular adotada pela OT permite que se avaliem simultaneamente, através do mesmo *ranking* de restrições, palavra e sentença, não repercutindo em qualquer paradoxo de ordenamento. O que se vê, neste caso, é a priorização da realização de gênero no determinante e, ao contrário, da realização de classe no nome – impulsionadas, nos dois casos, pelas mesmas restrições de marcação.

## 8. RETOMADA E QUESTÕES RESIDUAIS

Retomamos, a seguir, cada uma das questões colocadas na primeira seção e apresentamos uma síntese das ideias que sustentamos nesta análise.

- *Por que a VT, por vezes, não está presente nas palavras portuguesas? porque não existe ou porque não se realizou?*

Porque não se realizou. Nossa análise permite dizer que zeros na flexão nominal portuguesa não são morfemas ou alomorfes, mas indicam a não realização de morfemas abstratos, cuja substância fônica é compelida pelo *ranking* de restrições de marcação e fidelidade. Estas últimas podem dizer também sobre a ordem do *spell-out* de morfemas.

- *Se a morfologia da palavra precede a sintaxe e se todos os colchetes internos à palavra são apagados antes da estruturação da sentença, de onde provém a informação sobre número e gênero para estabelecer concordância? apenas da expressão fonológica (das marcas)?*

Como a OT é não-modular, a análise da palavra e da sentença é simultânea. A concordância se estabelece com o traço inerente do nome. Assim, nomes com terminação idêntica na superfície (*ola gerente*) pertencem inequivocamente a um ou outro gênero. As marcas,

contudo, que acompanham o nome e o determinante dependem do *ranking* de restrições, dentro dos princípios que regem a HS/OI.

- *Como dar conta do fato de que a língua não prefere apagar a vogal temática em vez do sufixo de gênero no caso do feminino? De onde vem a noção de que, neste caso, MAX-FEMININO é mais alto na hierarquia do que MAX-VT? Há alguma propriedade de estruturação silábica (ex. evitação do hiato) capaz de denunciar esta ordem de preferência?*

Em primeiro lugar, não há apagamentos. O que *deixa de ocorrer* é a inserção. Esta é uma clara vantagem de uma teoria de base realizacional. Em segundo lugar, nem sempre a língua prefere não realizar a VT – que podemos considerar, aqui, um marcador de classe – em favor do sufixo de feminino. Essa escolha é determinada por um *ranking* que vai da forma mais marcada à menos marcada na língua. A evitação do hiato, na perspectiva da HS/OI - em que se opera com a noção de uma violação de cada vez e melhora harmônica, e na qual se concebe cada realização de morfema como um dos passos da cadeia – está entre as marcas capazes de licenciar a superficialização desse *ranking*. Abaixo se apresenta o ranking alcançado nesta análise, que se confirma por argumento direto e por transitividade.

(13)

MAX-M(ROOT)>>\*C]ω>>MAX-M(CL3)>>\*HIATUS>>MAX-M(FEM)>>MAX-M(CL2)>>  
MAX-M(CL1)>>MAX-M(MASC)

Por questões de espaço e de foco de interesse, esta análise contemplou a flexão nominal a partir de algumas delimitações. Outros aspectos cruciais, contudo, sabemos, envolvem o fenômeno, e devem ainda ser analisados. Em primeiro lugar, é a análise completa do número, que acreditamos seja de menor complexidade do que a do gênero. Em segundo lugar, na esfera do gênero dos nomes, há ainda que se desenvolver com detalhamento o tratamento

- (i) dos nomes terminados em ditongo nasal (em especial dos sobrecomuns femininos (ex. *a opinião*),
- (ii) dos nomes truncados (ex. *a foto*), cuja vogal não parece se enquadrar nem na categoria de classe nem na categoria de gênero, já que se preserva, no mais das vezes, a vogal que já existia na base, e

(iii) dos nomes comuns-de-dois gêneros, que estabelecem a oposição *e/a* (ex. *presidente / presidenta*).

Por fim, um novo capítulo tem de se abrir para, no âmbito da sentença, olhar com cuidado para a relação de concordância com os pronomes demonstrativos, cuja vogal final em muito se assemelha ao que entendemos por marcador de classe, e para os adjetivos, que não compartilha cem por cento das propriedades flexionais de nomes ou determinantes (cf. Villalva, 2000). A hipótese que alentamos, por ora, contudo, é a de que um *ranking* unificado em HS/OI é capaz de lidar de forma satisfatória com esses fenômenos.

## REFERÊNCIAS

1. CÂMARA JR. J. M. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.
2. \_\_\_\_\_. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
3. \_\_\_\_\_. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
4. McCARTHY, J. J. *A thematic guide to Optimality Theory*. New York: Cambridge University Press., 2002.
5. \_\_\_\_\_. *Hidden generalizations: phonological opacity in Optimality Theory*. London: Equinox, 2007.
6. \_\_\_\_\_. Pausal phonology and morpheme realization. In: BOROWSKY, T. KAWAHARA, S., SHINYA, T., SUGAHARA, M. *Prosody Matters: Essays in Honor of Lisa Selkirk*. London: Equinox, 2011. Disponível em: [http://works.bepress.com/john\\_j\\_mccarthy/4/](http://works.bepress.com/john_j_mccarthy/4/).
7. PRINCE, A. S.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*. ms., Rutgers University e University of Colorado-Boulder, 1993.
8. VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.
9. WOLF, M. *Optimal Interleaving: serial phonology-morphology interaction in a constraint-based model*. Tese de doutorado. University of Massachusetts Amherst. ROA-996, 2008.

**ABSTRACT:** In this paper, we propose an analysis of zero morphemes/morphs in the Portuguese nominal inflection in a realizational optimalistic approach - a theoretical perspective that combines assumptions of Harmonic Serialism (McCarthy, 2007/2011; Prince and Smolensky, 1993) with the Optimal Interleaving Theory (Wolf, 2008) - HS / OI. The key idea is that phonological markedness constraints on the prosodic word boundaries affect the realization of thematic vowels as well as number and gender morphemes.

**KEY-WORDS:** zero morpheme, gender, number, thematic vowel, realizational morphology